Trata Brasil

Saneamento é saúde

Saneamento Básico no Brasil
Situação e Proposta de Soluções

Junho - 2010

Como surgiu o Movimento Trata Brasil

Da união das indústrias Amanco, Braskem, Solvay Indulpa e Tigre, foi criado em julho de 2007, o Instituto Trata Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, para mobilizar os mais variados setores da sociedade em prol do saneamento básico

Nosso Desafio

Sensibilizar a sociedade civil e o Poder Público sobre a importância do saneamento básico para a saúde, o meio ambiente e a geração de empregos

Nossa Proposta

Criar um movimento nacional que envolva diferentes segmentos da sociedade para conscientizar a população sobre a importância do saneamento básico, além de cobrar do Poder Público que assegure recursos suficientes e permanentes para este setor no Brasil

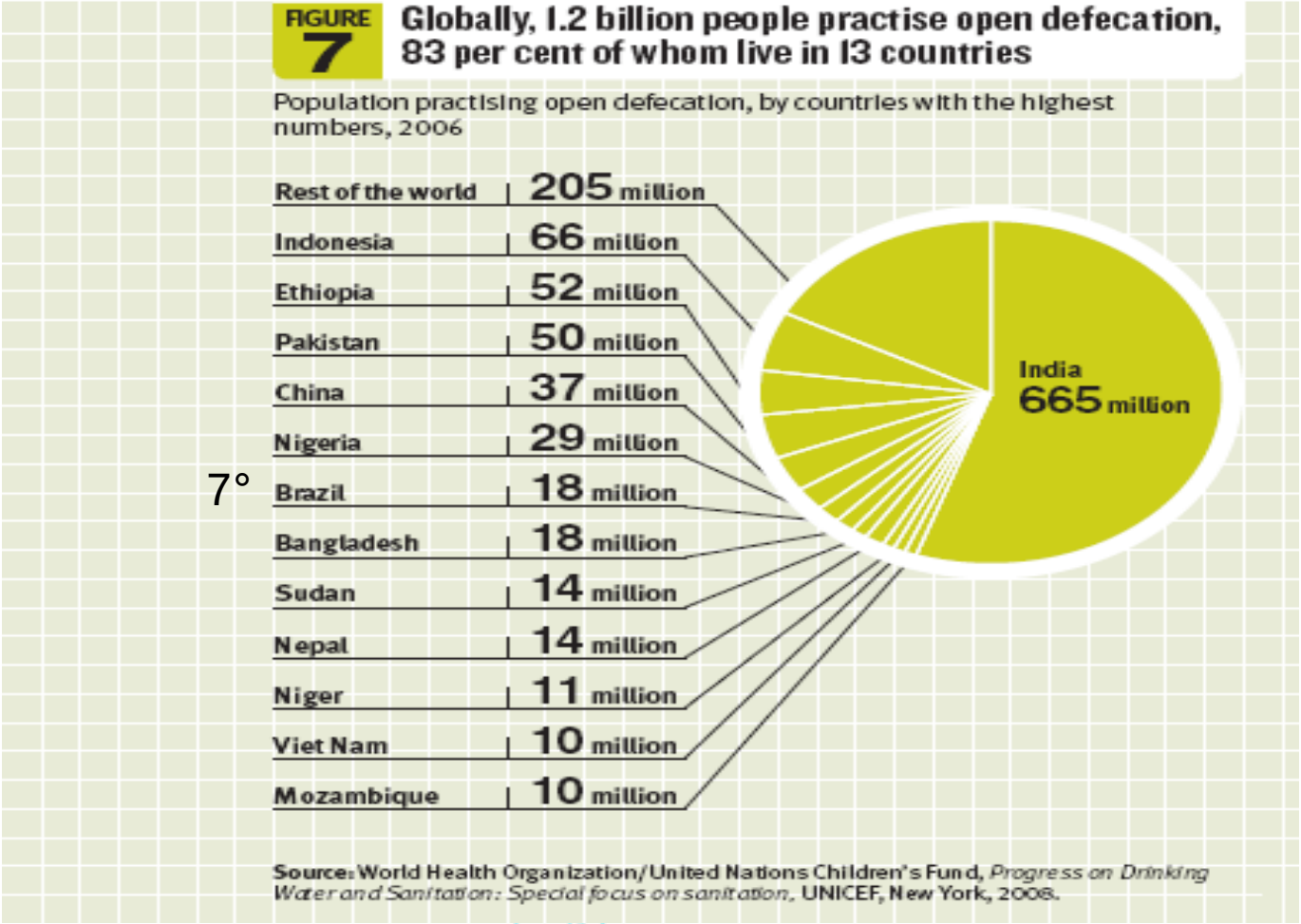
Trata Brasil

Nossa Realidade

Brasil é o 7º colocado no ranking mundial “da vergonha” com 18 milhões de habitantes sem acesso a banheiro (OMS/UNICEF)

A cobertura de saneamento no Brasil não condiz com um País que aspira ter um destaque global

Nossa Realidade

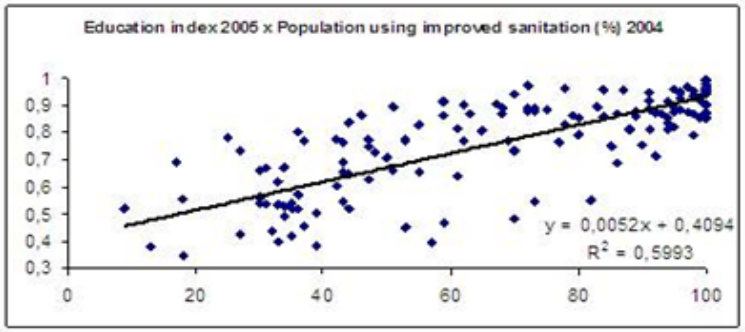


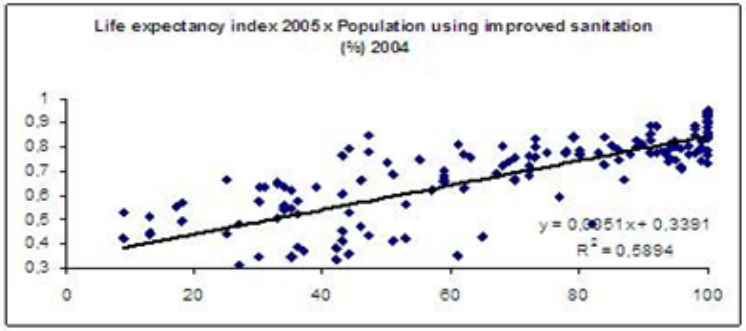
No Mundo -Diarréia mata 1,5 milhões de crianças por ano

No Brasil - 2.500 crianças menores de cinco anos, por doenças provocadas pela falta de saneamento básico

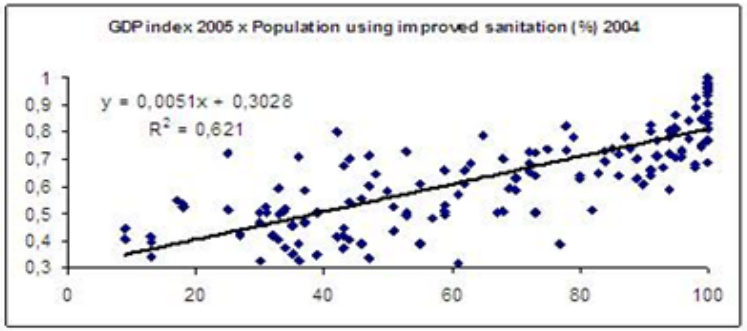
Saneamento e Desenvolvimento Humano

Educação





Saúde



Renda

Fonte: CPS/FGV a partir do HDR/PNUD

http://www.fgv.br/cps/tratabrasil4/

Trata Brasil

Impactos Sociais Permanentes da Falta de Saneamento

- Sete crianças morrem todos os dias no País, vítimas de diarréia, e mais de 700 mil pessoas são internadas a cada ano nos hospitais públicos em conseqüência da falta de coleta e de tratamento de esgoto;

- O acesso ao saneamento reduz em 36% a incidência de doenças diarreicas. (OMS/UNICEF)

- 22% é o aumento do risco de crianças sem acesso a rede morrerem antes de completar 6 anos de idade. (Trata Brasil/FGV);

- Crianças que vivem em áreas sem saneamento aprendem 18% menos que crianças que vivem em áreas saneadas. (Trata Brasil/FGV);

- Trabalhadores respondem por 11% a mais das faltas aos postos de serviços do que os que vivem em áreas saneadas (Trata Brasil/FGV);

- 65% das internações hospitalares de crianças com menos de 10 anos podem ser provocadas por males oriundos da deficiência ou inexistência de tratamento de esgoto e água limpa;

Trata Brasil

Percepções sobre Saneamento Básico

Trata Brasil
Saneamento é saúde

IBOPE
inteligência

Porque ainda nos deparamos com um...

CERTO DESCONHECIMENTO SOBRE O TEMA

População:

- Desconhece o que é saneamento básico (31%).
- Desconhece o destino do esgoto (28%) e sobre tratamento do esgoto da cidade (17%).
- Insatisfeita com os serviços de coleta e tratamento do esgoto (26%).
- Não pagaria para ter o esgoto ligado à rede (41%).
- Considera sua qualidade de vida melhor ou muito melhor em função da maneira como seu esgoto é coletado (84%).
- Entende que a administração municipal é a responsável pelos serviços de Saneamento Básico (68%)
- Nunca viu ou ouviu campanha sobre o assunto nas escolas da cidade (64%).
- Nunca viu ou ouviu algum tipo de campanha na cidade onde mora (77%).
- Não se mostra suficientemente insatisfeita ou desconfortável com a situação atual (índices de satisfação e notas para os serviços acima das expectativas).

PORTANTO, TRATA-SE DE UM TEMA QUASE INVISÍVEL!

Trata Brasil
Saneamento é saúde

IBOPE
inteligência

Trata Brasil
Saneamento é saúde

Oferta dos Serviços

Nossa Realidade

- Apenas metade da população brasileira tem acesso à rede de esgoto. Somente 1/3 do esgoto no País é tratado. (SNIS/2007)

- Há décadas, o Brasil investe apenas 1/3 do necessário em saneamento para atingir a universalização num prazo de 20 anos (R$ 270 bi);

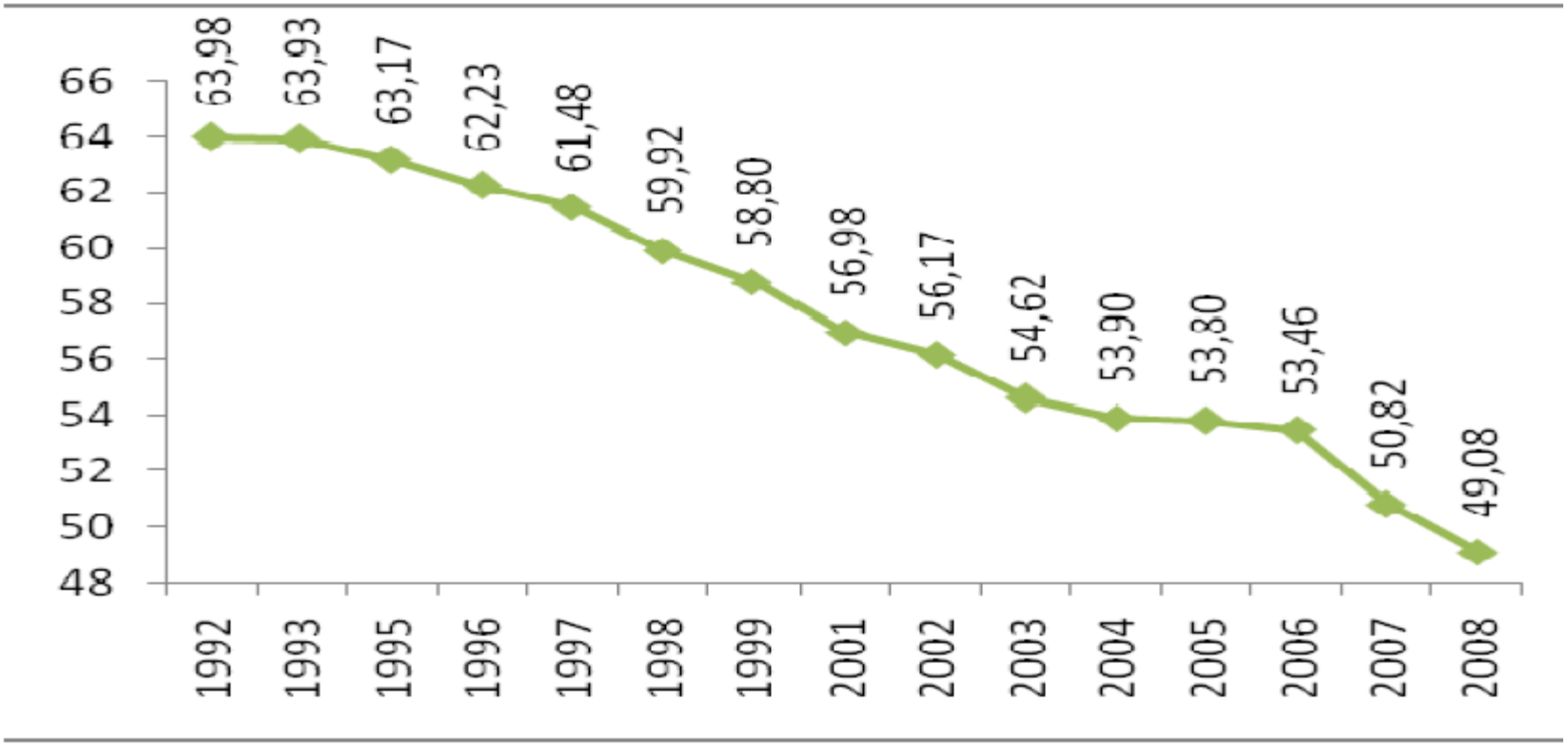
- As obras demoram a acontecer: falta capacitação para o desenvolvimento e gestão dos projetos, mesmo com o provisionamento dos recursos financeiros;

- A taxa de redução do déficit de rede geral de esgoto no período de 1992 a 2006 foi de 1,31% ao ano. De 2006 para 2007 essa taxa passou para 5,02% e neste ritmo o déficit, em 25 anos, cairá para 17,6%; (Trata Brasil/FGV)

Investimento atual	Investimento necessário
0,22% do PIB	0,63% do PIB

Trata Brasil

Déficit de Acesso a Rede de Coleta de Esgoto
Brasil 1992 a 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Trata Brasil

Oferta dos Serviços nas 81 maiores cidades brasileiras

	MUNICIPIO	População	Operador	Índice de atendimento total de água	Índice de atendimento total de esgoto (1)	Índice de esgoto tratado p/ água consumida (2)	Volume de produzido de água	Volume de água faturado	Perda Total	Tarifa média praticada	Geração de Caixa	Investimentos	Investimentos / Ger Caixa
				%	%	%	km3/ano	km3/ano	%	R$/m3	kR$	kR$	%
1	Jundiaí - SP	347.738	MUNICÍPIO/PRIVADO	95	91	95	39.038	28.343	27	1,49	5.693,68	22.167,00	389
2	Franca - SP	327.176	SABESP	95	93	76	24.627	19.758	20	1,54	8.415,06	16.872,00	200
3	Niterói - RJ	477.912	PRIVADO	100	92	94	53.684	39.220	27	2,28	45.087,70	21.191,40	47
4	Uberlândia - MG	622.441	MUNICÍPIO	99	96	70	63.424	45.805	28	0,65	13.927,32	3.922,27	28
5	Santos - SP	417.518	SABESP	100	99	76	ND	38.908	ND	2,09	71.875,44	132.763,27	185
6	Ribeirão Preto - SP	558.136	MUNICÍPIO/PRIVADO	100	98	70	97.446	48.766	50	1,44	17.336,73	10.005,66	58
7	Maringá - PR	331.412	SANEPAR	100	82	82	26.719	21.170	21	1,87	41.278,00	6.738,00	16
8	Sorocaba - SP	576.312	MUNICÍPIO	99	97	51	63.573	38.655	39	1,00	28.697,74	28.549,79	99
9	Brasília - DF	2.557.158	CAESB	99	92	70	224.806	165.919	26	2,55	223.092,38	282.908,75	127
10	Belo Horizonte - MG	2.434.642	COPASA	100	98	58	229.405	155.622	32	2,57	371.534,00	232.305,00	63
72	Nova Iguaçu - RJ	855.500	CEDAE	77	0	1	120.152	64.101	47	1,46	(13.360,00)	814,00	NA
73	Belém - PA	1.424.124	COSANPA/MUNICÍPIO	82	6	1	113.683	61.629	46	1,78	(15.112,00)	54.104,00	NA
74	Canoas - RS	329.903	CORSAN	94	13	12	41.760	14.790	65	4,01	26.138,00	5.856,00	22
75	Rio Branco - AC	301.398	MUNICIPIO	44	19	3	27.453	6.012	78	1,74	(6.020,00)	1.373,00	NA
76	Jaboatão dos Guararapes - PE	678.346	COMPESA	57	8	13	39.181	15.450	61	2,04	(196,00)	4.996,00	NA
77	Ananindeua - PA	495.480	COSANPA	29	ND	ND	10.403	5.983	42	1,77	(1.246,00)	8.969,00	NA
78	São João do Meriti - RJ	468.309	CEDAE	91	0	0	50.300	23.641	53	2,43	(6.044,00)	604,00	NA
79	Belfort Roxo - RJ	495.694	CEDAE	66	1	7	55.030	18.098	67	2,57	(38.749,00)	490,00	NA
80	Duque de Caxias - RJ	864.392	CEDAE	69	0	0	112.268	31.066	72	2,47	(19.643,00)	820,00	NA
81	Porto Velho - RO	379.186	CAERD	61	2	0	32.252	7.270	77	3,28	(19.547,00)	1.511,00	NA
	TOTAIS	**73.911.398**		**88**	**57**	**36**			**43**	**2,03**	**6.342.411,00**	**3.731.937,00**	**59**

Base SNIS 2008_Cidades com mais de 300 mil habitantes

Trata Brasil

Oferta dos Serviços nas 81 maiores cidades brasileiras

STATUS	10 Melhores
Se mantiveram no Grupo	Franca, Uberlândia, Sorocaba Jundiaí, Maringá, Santos e Niterói
Entraram no Grupo	Ribeirão Preto, Brasilia e Belo Horizonte
Sairam do Grupo	Santo André, Mogi das Cruzes e Piracicaba

STATUS	10 Piores
Se mantiveram no Grupo	Duque de Caxias, Porto Velho, Nova Iguaçu, Belém, Belfort Roxo Jaboatão dos Guararapes, Canoas e São João do Meriti
Entraram no Grupo	Rio Branco e Ananindeua
Sairam do Grupo	Macapá e Cariacica

As 10 melhores e as 10 piores em coleta e tratamento de esgoto

Avaliação dos serviços nas 81 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes

Oferta dos Serviços nas 81 maiores cidades brasileiras

- Entre 2003 e 2008, houve avanço de 11,7% no atendimento de esgoto nas cidades observadas e de 4,6% no tratamento;

- 5,9 bilhões de litros de esgoto é o total de esgoto gerado diariamente por essa população que não recebe nenhum tratamento;

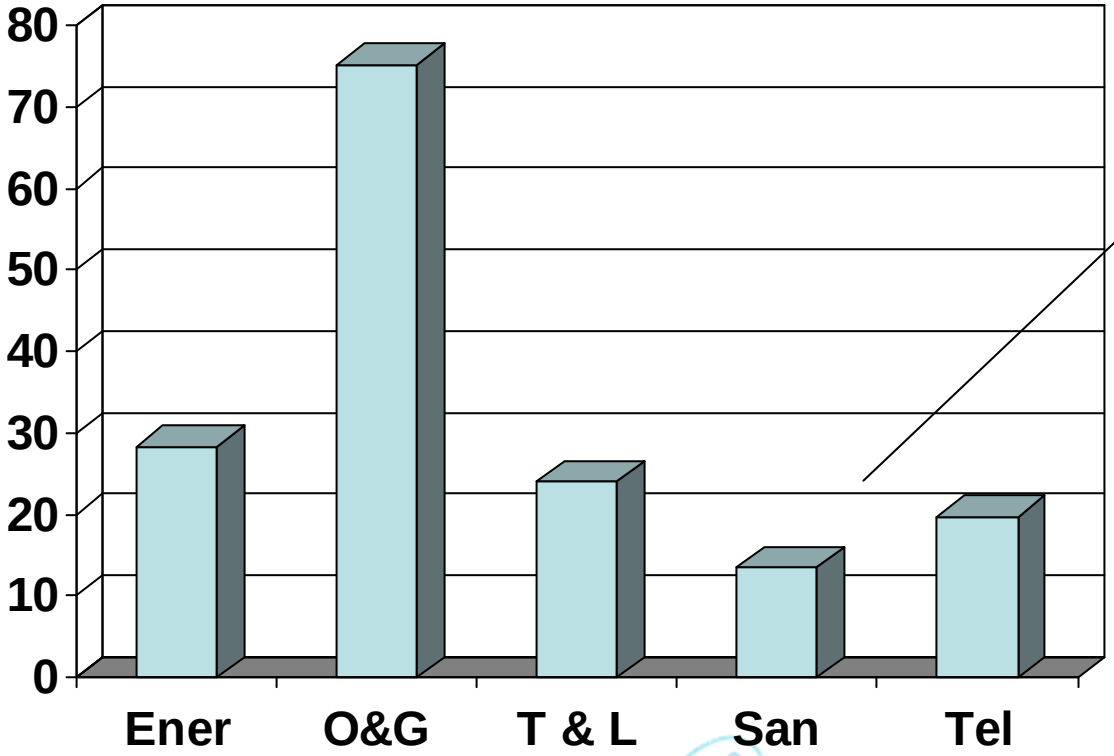
- Avanços desde 2003 são evidentes, mas ainda em ritmo lento; investimentos estão aquém das necessidades para alcançarmos a universalização; maiores avanços aconteceram nas cidades que recorreram as PPP´s;

- É necessário perserguir o cumprimento da Lei De Saneamento: Planos Municipais de Saneamento, investimentos na melhoria de gestão e assegurar recursos financeiros para investimentos anuais de no mínino R$ 10 bilhões para alcançarmos a meta de universalização até 2027.

Trata Brasil

Demanda Anual – R$ 160,9 bi

Investimentos em 2008 – R$ 106 bi



Universalização Ag + Esg

R$ 270 bi = R$ 13,5 bi

em 20 anos

PAC=R$ 10 bi / ano

Fonte: ABDIB - Plano Decenal de Energia Elétrica (2008-2017);Plano Nacional de Transporte e Logística (2008-2023);Plano de Negócios da Petrobras (2009-2013) e Estudo de Universalização dos Serv. de Água e Esgoto (2003)

De Olho no PAC

RECURSOS PREVISTOS PARA SANEAMENTO* NO PAC

(fonte: site Oficial do PAC)

(*) Inclui água, esgoto, drenagem, lixo

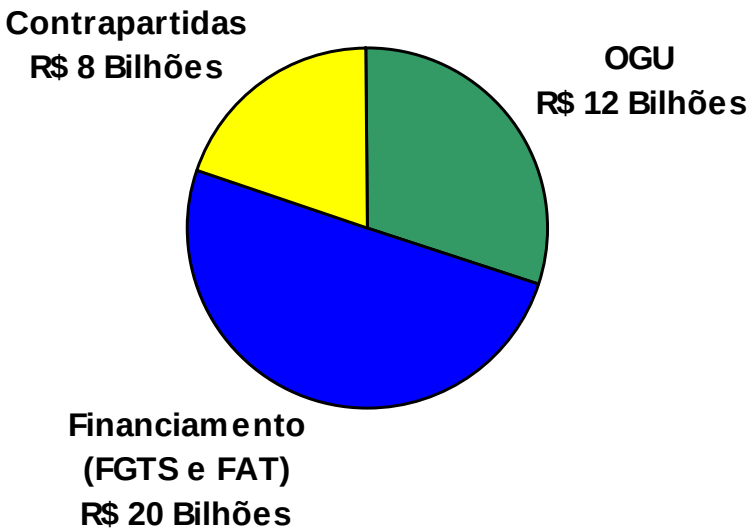
BRASIL

FONTES DE RECURSOS PARA SANEAMENTO BÁSICO 2007-2010

R$ bilhões

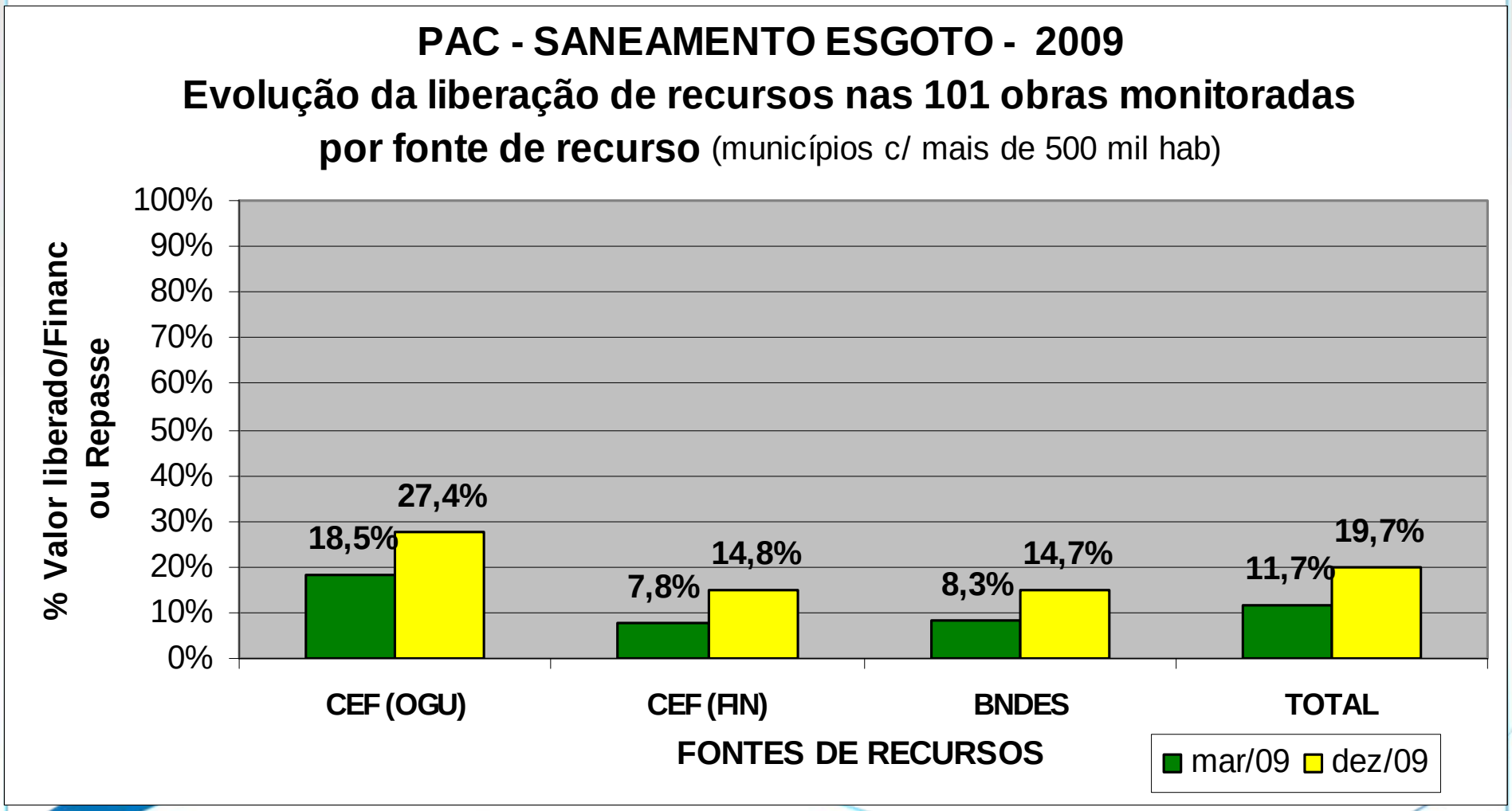
FONTE	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	INVESTIMENTO
OGU	Saneamento integrado em favelas e palafitas (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio porte - inclui desenvolvimento institucional (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de até 50 mil habitantes	4
	Subtotal	12
FGTS / FAT	Financiamentos a Estados, Municípios e Companhias de Saneamento	12
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	8
	Subtotal	20
Contrapartida de Estados, Municípios e Prestadores		8
TOTAL		40

RECURSOS PAC Saneamento

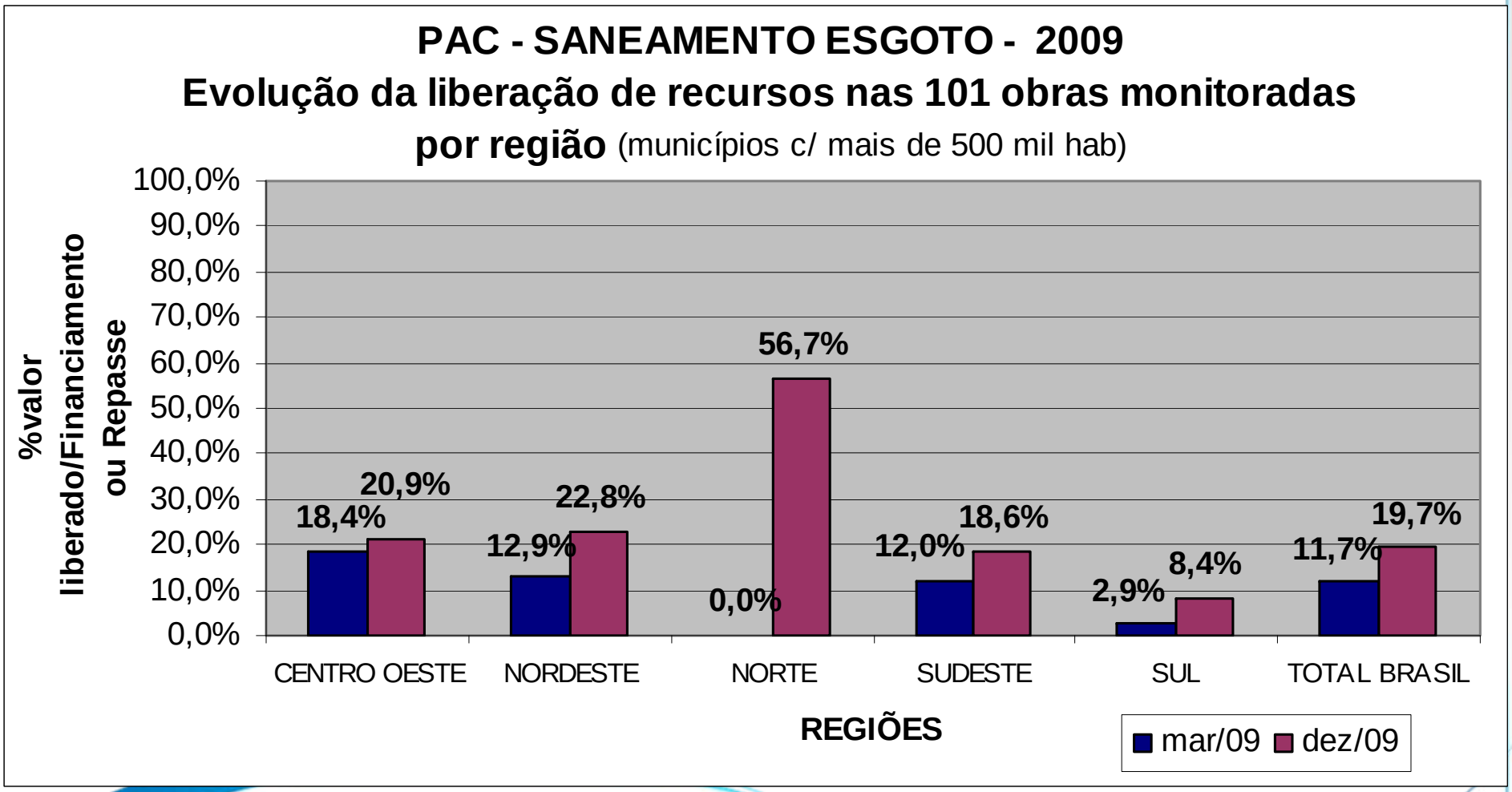


TOTAL = R$ 40 Bilhões

De Olho no PAC



De Olho no PAC



Saneamento Básico no Brasil

Entraves	Consequências	Propostas de Soluções
1. IMPLEMENTAÇÃO DA 11445/07	Engessamento do setor a partir de 2011 e não cumprimento da Legislação	1.1_Lei 11445/07 e as demais leis que formam o Marco Regulatório do saneamento (lei dos consórcios públicos, das ppp's e de concessões) são conquistas do setor e vitórias dos poderes Legislativos e Executivo e precisam ser preservadas contra interpretações errôneas de Tribunais de Contas ou Ministérios Públicos que travam sua implementação. 1.2 Atuar para que Estados e municípios implementem a Lei (elaboração dos planos estaduais, regionais e municipais de saneamento; estruturação das Agências Reguladoras incentivando os ganhos de escala e cuidando para que a regulamentação da lei não invada as competências dos Estados e municípios e que não extrapole os limites da própria Lei. 1.3 Adequação dos contratos de concessão ou de programa
2. INVESTIMENTOS E RECURSOS	Estagnação, atrasos, prestação de serviço inadequada e não cumprimento de metas inclusive de universalização	2.1 Criar fontes perenes de recursos no montante anual disponibilizado pelo PAC. Universalização demanda continuidade. 2.2 Aumentar as fontes de recursos orçamentários para aplicação em áreas com população com menor poder aquisitivo 2.3 Saneamento é investimento e não divida: aumentar os limites de endividamento dos operadoree e de financiamento para as entidades e órgãos públicos de fomento 2.4 Criação de fundos nacionais para subsidiar investimentos e prestação dos serviços - subsidio direto para a população de baixa renda com recursos do pré-sal e PIS/COFINS 2.5 Redução dos impostos federais incidentes nos serviços de saneamento, em especial PIS/COFINS para re-investimento na ampliação desses serviços e principalmente para população de baixa renda 2.6 Definição de programa e recursos para a melhoria de gestão dos operadores 2.7 Viabilizar a prática de Project Finance nos financiamentos para água e esgoto visando a agilização e ampliação do nível de recursos alocados ao setor. CEF e BNDES praticam corporate finance o que limita a capacidade de investimento dos operadores 2.8 Permitir aditivos aos contratos de financiamento para inclusão de reajustamentos obrigatórios por Lei

Saneamento Básico no Brasil

Entraves	Consequências	Propostas de Soluções
3. DEPENDÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS	Ampliação dos prazos para se alcançar a universalização principalmente dos serviços de coleta e de tratamento de esgoto aumentando o custo Brasil	3.1 Incentivo a novas formas de financiamentos conforme previsto nas leis de PPP´s e Concessões. Não existem recursos públicos para atender à demanda de investimentos em infra-estrutura no País. PPP e Concessão não é privatização. 3.2 Utilização do fundo soberano para garantir operações de PPP's em muncípios atendidos pela FUNASA
4. PROCEDIMENTOS PARA ACESSO A RECURSOS E EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	Aumento dos custos e atrasos no inicio e na realização das obras	4.1 Simplificação dos normativos do Ministério das Cidades / CEF, eliminando demandas dispensáveis e que dificultam e atrasam a contratação dos projetos e a elaboração das obras e serviços. Proposta de adotar procedimentos semelhantes aos das Agências Multilaterais como BIRD, BID 4.2 Exigências diferenciadas para investimentos financiados e os executados com recursos orçamentários.
5. DIVISÃO DE COMPETENCIAS E PULVERIZAÇÃO DE AÇÕES E RECURSOS	Dispersão e descoordenação de ações	5.1 Centralização da política e da coordenação das ações e recursos que hoje tem interfaces com cidades, meio ambiente, saúde, trabalho, desenvolvimento social, fazenda, planejamento e Casa Civil
6. PROJETOS COM VIÉS POLÍTICO LANÇADOS SEM O DEVIDO PREPARO	Frustração de realização de metas	6.1 Respeitar as etapas previstas na Legislação que antecedem a execução da obra. Recursos para obras devem ser disponiblizados baseados em planos, estudos e projetos de engenharia.
7. PROJETOS DE ENGENHARIA DESATUALIZADOS, IMPRECISOS E MAL ESTRUTURADOS	Impugnações pela CGU; problemas de licenciamento ambiental; paralisações e problemas contratuais e de custos adicionais das obras	7.1 Recursos para a elaboração de projetos e liberação de recursos para obras com base em projeto básico de engenharia aprovado

Trata Brasil

Saneamento Básico no Brasil

Entraves	Consequências	Propostas de Soluções
8. REVISÃO DE PROJETOS DEVIDO A MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA; AJUSTES DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA ATENDIMENTO A PADRÕES E EXIGÊNCIAS DA CEF E ATUALIZAÇÕES TECNOLOGICAS DO OPERADOR	Paralisações, atrasos, custos adicionais	8.1 Contratações ou liberações de recursos com base em projetos básicos de engenharia atualizados e aprovados
9. DESINFORMAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SANEAMENTO	Setor invisível, pouco valorizado e não prioritário para a sociedade e para os políticos	9.1 Campanha nas escolas e de conscientização da população sobre a importância do setor, impactos sociais, ambientais e econômicos
10. DESINTERESSE E DESCONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO POR PARTE DOS TITULARES DOS SERVICOS	Setor sem prioridade política	10.1 Campanha de conscientização junto aos gestores públicos municipais e estaduais sobra a importância do saneamento e os impactos nas finanças públicas 10.2 Enquadrar saneamento como obrigação dos gestores públicos, assim
11. DESPREPARO DOS OPERADORES, PRINCIPALMENTE MUNICIPIOS, PARA ACESSAR OS RECURSOS DEVIDO A FALTA DE CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E INCAPACIDADE DE ATENDIMENTO À BUROCRACIA DA CEF	Falta de investimentos	11.1 Campanha de orientação para gestores e operadores e ações para envolvimento da sociedade civil 11.2 Programas e projetos de capacitação de gestores e operadores

Trata Brasil

Entraves	Consequências	Propostas de Soluções
12. LICITAÇÕES INCLUINDO O APROVEITAMENTO DE LICITAÇOES ANTERIORES E POSTURA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	Atrasos nas contratações e avanços do setor	12.1 Atualização da lei de licitações e padronização de conduta e procedimentos por parte dos órgãos de controle. 12.2 Responsabilizar os Tribunais de Contas e Ministérios Públicos por ações junto a gestores públicos com o objetivo de evitar a banalização da prática de processos o que tem gerado comportamento defensivo e impedido a dinamização do setor.
13. REPASSES PELA CEF-ATUAÇÃO NA GESTÃO DE TAREFAS COMO FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO ; UTILIZAÇÃO DE TABELAS (SINAPE) DESATUALIZADAS E QUE NÃO CONSIDERA AS DIFERENÇAS REGIONAIS COM PREÇOS UNICOS PARA TODO O PAÍS	Glosas, paralisações gerando custos adicionais	13.1 Focar atuação nas atividades de agente financeiro, ampliar o número de agentes repassadores, rever Sinape e simplificar tramites internos chamando à responsabilidade os contratantes.
14. PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL LENTO E BUROCRATICO	Descompassos de cronogramas, impactando preços e imobilizando mão de obra e equipamentos	14.1 Ação junto aos agentes ambientais e MMA , objetivando conferir ao processo de licenciamento principalmente em áreas urbanas, caráter de fator critico na implementação das políticas públicas de saneamento exigindo agilidade e prazos máximos para as analises. 14.2 Desvinculação da aprovação de financiamentos do licenciamento ambiental.

Trata Brasil

Caminhos e Soluções

Cartilha de Saneamento para Download no www.tratabrasil.org.br

Nossos Patrocinadores

Estruturação do Trata Brasil

- Engajamento de entidades
- Profissionais da saúde
- Personalidades
- Informação e mobilização
- Formalização de parcerias
- Sensibilização da imprensa

AMANCO

Braskem
Petroquímica Brasileira de Classe Mundial

TIGRE

SOLVAY
SOLVAY INDUPA

CAB ambiental

foz DO BRASIL
ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT

Acqua manager
Saneamento Básico, o Site!
O maior Portal de Saneamento Básico da internet

PARCEIROS ESTRATÉGICOS E APOIADORES

FGV cps
Centro de Políticas Sociais

ABM
Cidades Eficientes · Governança Responsável
Associação Brasileira de Municípios

ABCON
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

PNUMA

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PASTORAL DA CRIANÇA

Medley

INSTITUTO Coca-Cola BRASIL

ABES ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL
Capítulo Nacional da AIDIS

ABAR
Associação Brasileira de Agências de Regulação

ADMB
ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS E MARKETING DO BRASIL

esbe
Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

O OBJETO QUE REPRESENTA A CIVILIZAÇÃO E O PROGRESSO NÃO É O LIVRO, O TELEFONE, A INTERNET OU A BOMBA ATOMICA. É A PRIVADA!

Mario Vargas Llosa – "O Cheiro da Pobreza"

Obrigado!

Raul Pinho

Conselheiro

raul.pinho@tratabrasil.org.br

(11) 3021-3143

www.tratabrasil.org.br